



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

PERCEPÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NUMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA IDOSOS

Marina do C. Caetano

PERCEPÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NUMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Palavras-Chave: Serviço Social. Projeto Ético Político. Institucionalização. Idosos. Políticas Públicas.

Keywords: Social Work. Political Ethical Project. Institutionalization. Seniors. Public policy.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade, tendo em vista o avanço da medicina e a diminuição da taxa de mortalidade. As formas de atendimento precisam ser pensadas e atualizadas, de acordo com as mudanças populacionais apresentadas. Levando em consideração o fato de que, talvez todos nós um dia iremos passar pelo processo de envelhecimento, procurei compreender toda historicidade da instituição asilar Abrigo do Cristo Redentor, bem como as mudanças na atuação do serviço social brasileiro de acordo com evolução do desenvolvimento político e social.

Devido ao aumento da longevidade, diversas questões para a gestão de políticas públicas têm vindo à tona, dentre elas o aumento da procura por instituições asilares porque a sociedade brasileira se modificou e isso repercute na atenção a velhice, fatores como: novos arranjos familiares, inserção da mulher no mercado de trabalho, contraceptivos e falta de tempo na vida atual vem modificando a relação de cuidado. A mulher que era culturalmente reconhecida como a que cuidava, hoje encontra dificuldades para conciliar papéis e assumir esta função. Acrescentada às mudanças, se tem a falta de alternativas para as famílias manterem seus idosos em casa e também existe a questão dos idosos que não tem referência familiar. (POLLO; ASSIS, 2008).

O estudo sobre a institucionalização é necessário para conhecermos em que pé estamos quando se fala na garantia de direitos da pessoa idosa, estudando as políticas públicas em resposta a essa questão para saber se elas têm se efetivado e como podemos contribuir com novos olhares e dados para a atuação dos assistentes social frente à institucionalização do Rio de Janeiro e vulnerabilidade social dos idosos.

DESENVOLVIMENTO

O presente obra, tem como objetivo contribuir com mais olhares sobre a atuação do serviço social frente ao asilamento, e em sua primeira parte podemos encontrar uma retrospectiva da trajetória histórica da profissão bem como se deu sua Reconceituação, formação do seu Projeto Ético Político e a reformulação do seu Código de Ética. Logo após avançamos para a atuação do assistente social na garantia de direito ao idoso e uma breve trajetória das políticas públicas concernentes ao tema, bem como sua prática profissional no processo de institucionalização e toda historicidade vinculada a isso.

III Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

V Seminário Estadual Serviço Social e Direitos Humanos:

“Serviço Social e Direitos Humanos: 40 anos de lutas e resistências em defesa da classe trabalhadora!”

A extensão de serviços para a pessoa idosa no país tem caráter de urgência, visto que é um público em constante expansão, necessitando assim de serviços que complemente a ação da família e do assistente social como mediador das relações sociais, na perspectiva da garantia de direitos (OLIVEIRA; HEDLER; SANTOS, 2016apud PONTES, 2007).

A atuação profissional do assistente social numa ILPI's tem como base atender as demandas relacionadas ao processo de acolhimento do idoso, que podem envolver tanto aspectos sociais quanto aspectos psicológicos e nesse processo deve ser desenvolvido um trabalho social no qual o profissional deva acolhê-los e escuta-los, proporcionando o desenvolvimento do convívio grupal, social e familiar como prevê o documento de Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009a). É importante que o profissional atuante conheça meios de viabilizar e garantir direitos assegurados por lei, para que possam fazer a intervenção necessária.

Podemos ressaltar que as demandas por política e serviços sociais expressam as desigualdades econômicas, de dominação de gênero, com a enfermidade, com a precarização das condições sócias e familiares, de inclusão/exclusão social, das relações de poder e violência nos conflitos familiares e de relação com o crime e uso de drogas. Com isso é esperado uma ação a altura dessas perspectivas (OLIVEIRA; HEDLER; SANTOS, 2016).

E é nesse contexto que foi realizada essa pesquisa, com a finalidade de investigar a percepções do assistente social atuante em uma ILPI, que devido a ser um serviço essencial se espera que estes profissionais incumbidos de viabilizar direitos consigam avaliar e apontar direções e formas de se atuar em uma instituição asilar.

A obra busca discutir a atuação do profissional de serviço social inserido no processo de institucionalização e velhice a partir de pesquisa bibliográfica, e entrevista a assistente social do Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor localizado em Higienópolis, na unidade de moradia São José, tal fato foi a principal motivação para efetuar o recorte para análise, bem como a escolha do profissional para entrevistar. Também foi realizada coleta de dados por meio da revisão de autores pertinentes ao tema que discutem a atuação do Serviço Social, destacando o artigo de Oliveira, Hedler e Santos (2016), intitulado como: “Percepções do Assistente Social sobre o trabalho que realiza em uma Instituição Filantrópica de Longa Permanência no Distrito Federal” que foi usado para correlacionar a teoria com a prática realizada no campo empírico, expondo seus relatos e vivências em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Dessa forma, busca-se contextualizar o serviço social, analisando sua teoria e prática, bem como sua atuação na garantia de direitos dos idosos asilados.

RESULTADOS

O asilamento já foi visto como caridade, mas a partir do momento que a política de assistência social se materializou no país como um direito, onde o atendimento a população está previsto regulamentado de diferentes formas, sua pratica profissional não é mais baseada na perspectiva assistencialista, mas a garantia dos Direitos expressos na constituição federal de 1988 da Assistência Social. (OLIVEIRA; HEDLER; SANTOS, 2016). Diversas foram às mudanças no que se fala da forma de ver a pessoa idosa, e as políticas sociais relacionadas a elas que como todas as outras passaram por um árduo processo de serem conquistadas como direito, porém quanto mais o neoliberalismo avança, mas perto ele fica do seu objetivo

“Serviço Social e Direitos Humanos: 40 anos de lutas e resistências em defesa da classe trabalhadora!”

principal que é o de refilantropização da questão social (OLIVEIRA; HEDLER; SANTOS, 2016).

Dessa forma, se faz necessário que o profissional de serviço social esteja em consonância com o Código de Ética da profissão e o Projeto Ético Político, para proposição de estratégias interventivas dispostas a se posicionar contra aos planos do capital e a recessão de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente da instituição deixa transparecer os desafios e contradições de uma vida em sociedade. Podemos perceber o assistente social inserido num contexto com ator principal da mediação entre idoso e sociedade e vice Versa, ele tem de ter compreensão da singularidade das características tanto da instituição quanto do usuário, visando a compreensão dos recursos e das influencias do meio social.

Esta tarefa, algumas vezes permeada por dificuldades, quando se defronta com a carência ou ausência de recursos na hora da prática profissional, desta forma a diminuição das problemáticas independe de somente uma atuação eficaz, como também de uma estrutura institucional em sua totalidade.

Então, observamos que a ação profissional de um assistente social crítico é fundamental a fim de alcançar a emancipação política e um olhar crítico do usuário sobre a sociedade. Tendo como compromisso, um de seus princípios, a extinção de todas as formas de preconceito incentivando o respeito a diversidade, a participação de grupos excluídos socialmente discriminados e a discussão das diferenças para se alcançar a compreensão da importância do idoso como parte que integrante da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria SAS-073, de 10 de maio de 2009. Estabelece Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil. Disponível em: <<http://direitodoidoso.braslink.com/05/portarias.html>>.

OLIVEIRA, M.L.C; HEDLER, H. C. ; SANTOS, E. V. Percepções do Assistente Social sobre o trabalho que realiza em uma Instituição Filantrópica de Longa Permanência no Distrito Federal. SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA, v. 19, p. 66-83, 2016.

Paulo: Cortez, 2005.

POLLO, S. H. L.; ASSIS, M. Instituições de longa permanência para idosos - ILPIS: desafios e alternativas no município do Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.1-18, 2008

III Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

V Seminário Estadual Serviço Social e Direitos Humanos:

“Serviço Social e Direitos Humanos: 40 anos de lutas e resistências em defesa da classe trabalhadora!”